

# Actividades rurales no agrícolas y transformaciones del espacio rural: perspectivas recientes<sup>1</sup>

Sergio Schneider<sup>2</sup>

## Resumen

*En este trabajo se analizan primeramente las transformaciones recientes ocurridas en la estructura agraria a la luz de los efectos ocurridos en los procesos de modernización tecnológica que han sido implementados en labores y ocupaciones propias de las áreas rurales. También se analizan las tendencias observadas en los países avanzados con base en un estudio de la OCDE sobre el empleo agrícola y rural a partir de un enfoque territorial. En segundo lugar se presenta información sobre el comportamiento del empleo en cuanto a actividades agrícolas y no agrícolas desarrolladas en América Latina y Brasil. La última sección contiene información correspondiente al período 1981-1997 a propósito de la dinámica del empleo agrícola y no agrícola en el sur del Brasil, más precisamente en el Estado de Rio Grande do Sul. Entre las conclusiones se incluye el crecimiento generalizado en el número de actividades no agrícolas practicadas en el espacio rural como fenómeno que no se origina solamente en la modernización tecnológica de la agricultura. Una de las consecuencias de la alteración del perfil del empleo en el área agrícola es la aparición de familias pluriactivas en el medio rural, cuya característica primordial es la combinación de varios tipos de inserción profesional.*

## Non-agricultural rural activities and transformations in the rural environment: Recent Approaches<sup>1</sup>

Sergio Schneider<sup>2</sup>

## Abstract

*In the first place, this article analyzes recent transformations occurring in the agrarian structure from the perspective of those effects derived from processes of technological modernization that bear an influence on the work and occupations performed in rural areas. Trends observed in developed countries are also analyzed on the basis of a study*

- 
- 1 Este artículo resume algunas de las principales ideas desarrolladas en el Capítulo 3 de la Tesis de Doctorado en Sociología titulada, "Agricultura familiar y pluriactividades", recientemente sustentada por el autor en la Universidad Federal de Rio Grande do Sul.
  - 2 Magíster en Sociología. Doctor en Sociología. E-mail: schneide@vortex.ufrgs.br
  - 1 This article summarizes some of the main ideas developed in the 3d chapter of the Doctoral Thesis in Sociology, "Family Agriculture and Pluiractivities", recently defended by the author at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
  - 2 Master's Degree in Sociology. Doctor in Sociology. E-mail: schneide@vortex.ufrgs.br

*carried out by the OECD regarding agricultural and rural employment from a territorial approach. Secondly, information is presented concerning the behavior of employment in agricultural and non-agricultural activities of Latin America, including Brazil. The last section contains information for the 1981-1997 period on the dynamics of agricultural and non-agricultural employment in Southern Brazil, particularly in the State of Rio Grande do Sul. Conclusions include the fact that the general growth seen in non-agricultural activities performed in the rural environment is a phenomenon that cannot be solely attributed to the technological modernization of agriculture. One of the consequences of alterations in the agricultural employment profile is the emergence in the rural setting of pluriactive families whose main characteristic is the combination of several types of professional activities.*

## **Activites rurales non agricoles et transformations de l'espace rural: perspectives récentes 1<sup>1</sup>**

*Sergio Schneider*<sup>2</sup>

### **Résumé**

*Dans ce travail l'on analyse tout d'abord les transformations récentes survenus dans la structure agraire et en fonction des effets survenus dans les processus de modernisation technologique qui ont été implantés dans les labours et occupations propres au secteur rural. On analyse aussi les tendances observés dans les pays avancés moyennant une étude de l'OCDE sur l'emploi agricole et rural a partir d'une vision territoriale. Ensuite, on présente des informations concernant le comportement de l'emploi quant aux activités agricoles et non agricoles développés en Amérique*

*Latine et au Brésil. En dernière partie, il contient des informations correspondantes à la période 1981-1987 à propos de la dynamique de l'emploi agricole et non agricole dans le Sud du Brésil, très précisément dans l'état de Rio Grande Do Sul. Parmi les conclusions, se trouve la croissance généralisée dans le nombre d'activités non agricoles pratiquées dans l'espace rural comme phénomène résultant pas uniquement de la modernisation technologique de l'agriculture. Une des conséquences de la modification du profil de l'emploi dans le secteur agricole, c'est l'apparition en secteur rural de familles pluriactives, dont la caractéristique principale est le mélange de plusieurs types d'insertion professionnel.*

---

1 Cet article résume plusieurs des principales idées développées dans le chapitre 3 de la thèse de Doctorat en Sociologie dont le titre: "Agriculture Familiale et Pluriactivités", récemment soutenu par l'auteur à l'Université Fédérale de Rio Grande do Sul.

2 Magister en sociologie. Docteur en Sociologie. E-mail: schneider@vortex.ufgrs.br

## **As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes<sup>1</sup>**

*Sergio Schneider*<sup>2</sup>

### **Resumo**

*Neste trabalho analisam-se as transformações recentes ocorridas na estrutura agrária focalizando-as pelo ângulo dos efeitos dos processos de modernização tecnológica sobre o trabalho e a ocupação em áreas rurais. São analisadas as tendências verificadas nos países avançados, baseando-se em estudo da OCDE sobre o emprego agrícola e rural a partir de uma abordagem territorial. Em um segundo momento, se busca apresentar informações sobre o comportamento do emprego em atividades agrícolas e não-agrícolas na América Latina e no Brasil. Na última seção são apresentadas informações sobre a dinâmica do emprego agrícola e não agrícola no Sul do Brasil, mais precisamente no Estado do Rio Grande do Sul, para o período de 1981 até 1997. Entre as conclusões é apontado o crescimento generalizado das atividades não agrícolas no espaço rural como um fenômeno que não decorre apenas da modernização tecnológica da agricultura. Uma das conseqüências da alteração do perfil do emprego agrícola é o aparecimento das famílias pluriativas no meio rural, cuja característica principal é combinar vários tipos de inserção profissional.*

---

1 Este artigo sintetiza algumas das principais idéias desenvolvidas no Capítulo 3 da Tese de Doutorado em Sociologia “Agricultura Familiar e Pluriatividade”, recentemente defendida pelo autor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 Mestre em sociologia. Doutor em sociologia. E-mail: schneide@vortex.ufrgs.br

## **As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes**

### **Introdução**

É provável que a década de 1980 seja lembrada, no futuro, como o período que inaugurou marcantes transformações na estrutura da agricultura e em diversas facetas da vida social do mundo rural em várias regiões agrárias, e em diversos países. Nesses anos, o modelo produtivo que os países mais desenvolvidos vinham aperfeiçoando desde as primeiras décadas deste século e, de modo mais intenso, durante os “anos de ouro” que seguiram-se à Segunda Guerra Mundial, passou a defrontar-se com crescentes questionamentos. Este padrão técnico hoje dominante incorporou os meios de produção desenvolvidos durante a segunda Revolução Industrial (especialmente a moto-mecanização e a utilização de insumos de origem industrial, como fertilizantes e defensivos químicos), articulando-o a um processo complexo e sofisticado de seleção biológica de plantas e raças animais de alto rendimento, tal padrão sendo genericamente conhecido como “revolução verde” (Goodmann; Sorj e Wilkinson; 1990 e Mazoyer et Roudart, 1997). O modelo, amplamente dependente da utilização de fontes de energia fósseis não renováveis, foi atingido pelas chamadas “crises do petróleo”, da década de 1970 mas este impacto foi rapidamente absorvido, dando impulso a uma nova fase de aperfeiçoamento e, em certos casos, até mesmo de aprofundamento deste padrão.

Os resultados mais gerais deste processo são conhecidos, podendo-se afirmar que o aumento da produtividade do trabalho agrícola, a diminuição das populações residentes no meio rural e o crescimento extraordinário dos volumes de produção estão entre os seus resultados mais notáveis. Em face, no entanto, dos impactos ambientais, da relativa “secundarização” das atividades e, em especial, do crescente custo social e financeiro de manutenção deste novo arranjo técnico-produtivo, a partir da década de 1980 emergiram contestações de diversas ordens a este padrão, inclusive devido aos evidentes sinais de esgotamento de suas potencialidades produtivas.

O presente trabalho dedica-se especificamente a apreciar os impactos destas transformações no emprego e nas formas de ocupação do trabalho em áreas rurais, com o objetivo de identificar e analisar as distinções entre as atividades agrícolas e o não-agrícolas. São analisadas as tendências verificadas nos países avançados, baseando-se em recente estudo da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, com base nas bibliografias disponíveis, buscase uma aproximação inicial ao estudo das atividades rurais não-agrícolas na América Latina e, na parte final, são apresentados dados sobre o desempenho das atividades agrícolas e não-agrícolas no Brasil com ênfase na região Sul.

### ***1. O rural não é somente agrícola: uma análise do emprego e das formas de ocupação<sup>3</sup>***

Uma avaliação abrangente das transformações da agricultura nas últimas décadas, na órbita dos países integrantes do chamado capitalismo avançado, certamente enfatizaria os espetaculares ganhos de produtividade e a radical transformação da base tecnológica dos processos produtivos agrícolas. No entanto, se esta avaliação não for meramente do tipo impressionista, também apontará o que os pesquisadores vêm diagnosticando em várias partes do mundo ocidental, demonstrando que as transformações da agricultura foram socialmente excludentes, provocaram a diminuição abrupta das populações rurais, foram ambientalmente prejudiciais aos ecossistemas naturais e que, apesar da elevação da produção, parte considerável da população mundial, inclusive nos países onde a modernização tecnológica foi mais intensa, não conseguem sequer atingir os limites alimentares mínimos.

Mas há outros aspectos das transformações da agricultura e do mundo rural que merecem ser destacados, especialmente no que se refere às mudanças nas formas de ocupação e de emprego. Neste sentido, são inúmeros os trabalhos que apontam para o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural, refletindo uma inusitada tendência ocupacional nestas áreas<sup>4</sup>. O ineditismo destes trabalhos reside justamente no fato de que, embora timidamente, começa-se a reconhecer que em determinadas situações históricas e contextos regionais a agricultura deixa de ser o exclusivo sinônimo de “rural”. Um estudo relevante, que destaca-se pela sua abrangência, é um recente relatório da OCDE (1996). Neste documento é indicado que, mesmo nas regiões chamadas “essencialmente rurais”, são os setores não agrícolas que oferecem, crescentemente, as maiores possibilidades de emprego no meio rural destacando-se, entre os países listados, que nessas regiões, apenas o

---

3 Esta seção do artigo foi escrita pelo autor durante a etapa de seu doutorado-sanduíche, realizado na Université Paris-X (LADYSS), França. Este estágio contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a quem o autor registra seus agradecimentos.

4 A pesquisa mais ampla neste sentido, foi realizada por uma equipe interdisciplinar chamada “Arkleton Trust Project”. Para maiores informações consultar Bryden; Bell; Gilliat; Hawkins and Mackinnon (1992).

Canadá apresentou taxas de crescimento positivas do emprego rural, conforme mostra a Tabela 1<sup>5</sup>. No geral, no entanto, salientam-se as taxas negativas, em todos os países e para as três categorias indicadas. Nas regiões chamadas “essencialmente rurais” dos países membros da organização, segundo é acentuado, o emprego agrícola esta em declínio não somente em termos relativos mas também absolutos (OCDE, 1996, p. 45).

**Tabela 1**  
Países selecionados da OCDE. Taxa de crescimento anual do emprego,  
1980-1990 (% de variação anual)

	Média Nacional		Regiões Essencialmente Rurais		Regiões Relativamente Rurais		Regiões Essencialmente Urbanas	
	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não Agrícola
Canadá	0.4	1.6	0.2	1.5	0.2	2.4	1.9	1.3
Estados Unidos	-0.3	1.8	-1.3	1.5	0.8	2.0	2.8	1.9
Austrália	-1.7	1.4	-2.0	1.7	-0.9	1.8	-1.0	1.1
Japão	-3.3	1.4	-3.1	0.8	-3.4	1.3	-3.2	1.8
Nova Zelândia	-0.4	0.2	-0.6	-0.1	-0.1	-0.1	0.9	1.0
Áustria	-3.1	0.7	-3.4	0.9	-2.5	0.9	-1.6	0.4
Bélgica	-1.6	0.2	-1.3	0.6	-1.6	-0.3	-1.7	0.3
Finlândia	-3.4	0.9	-3.5	0.6	-3.3	0.6	-0.8	1.9
França	-4.0	0.8	-4.2	0.7	-3.8	1.0	-3.5	0.5
Irlanda	-1.7	0.5	-2.1	0.7	-1.3	0.4	-0.3	0.3
Holanda	0.9	2.7	-	-	-1.4	3.3	1.6	2.6
República Tcheca	-0.3	0.2	-0.7	0.2	-0.3	0.1	2.5	0.2
Espanha	-2.1	1.1	-1.1	1.3	-2.8	0.2	-1.7	1.8
Suécia	-3.1	1.3	-3.0	1.3	-3.6	1.3	-2.3	1.4
Suíça	-2.7	1.8	-3.2	2.1	-2.9	2.4	-2.0	1.5

Nota: (-) Não Aplicável

Fonte: OCDE (1996, p. 120)<sup>6</sup>.

5 A OCDE considera como “regiões rurais” as *communautés* onde a densidade da população é inferior a 150 habitantes por Km<sup>2</sup>, exceto para o Japão onde passa para 500 habitantes por Km<sup>2</sup>. Para facilitar a análise, as 2.000 regiões da OCDE foram reagrupadas em três sub-categorias de acordo com a parte da população regional que vive nas *communautés* rurais, conforme segue: **regiões Essencialmente Rurais (ER)**: áreas de fraca densidade demográfica, onde em mais de 50% da área regional a densidade demográfica é inferior a 150 habitantes por Km<sup>2</sup>; **Relativamente Rurais (RR)**: áreas de média densidade demográfica, onde entre 15% e 50% da população vive em áreas onde a densidade demográfica é inferior a 150 habitantes por Km<sup>2</sup>; **Essencialmente Urbanas (EU)**: áreas de alta densidade demográfica, onde menos de 15% da população vive em áreas onde a densidade demográfica é inferior a 150 hab/Km<sup>2</sup> (Ou seja, 85% da população vive em áreas onde a densidade demográfica é superior a 150 hab/Km<sup>2</sup>). Segundo esta definição, em torno de um terço da população dos países da OCDE (35%) vive nas comunidades rurais (“essencialmente” ou “relativamente” rurais) representando mais de 90% do território coberto pelos integrantes da OCDE.

6 No citado estudo da OCDE (1996) não são apresentados os valores absolutos, apenas as taxas de crescimento.

Outro aspecto que merece atenção é a razão inversa em que varia o emprego agrícola em relação ao percentual de participação do emprego não agrícola. Na maioria dos países selecionados da OCDE, conforme mostra a mesma Tabela, a taxa de utilização da mão-de-obra diretamente ocupada na agricultura caiu, consideravelmente, na média nacional, atingindo o máximo (em torno de 4% ao ano) no caso francês, nos anos oitenta. O emprego não agrícola, pelo contrário, registrou taxas positivas de crescimento na maioria dos países. A surpresa não está na diminuição do emprego agrícola, mas na capacidade de desenvolvimento de novas atividades empregadoras no espaço rural que, às vezes, possuem pouca ou nenhuma ligação direta com a agricultura. Entre outras conclusões, tais informações demonstram que restringir o espaço rural à agricultura *tout court* pode significar um reducionismo, que os processos sociais e econômicos vêm se encarregando de desmentir. Por outro lado, contudo, o crescimento das atividades não agrícolas no espaço rural não deve ser interpretado, de forma apressada, como uma perda da importância das atividades propriamente agrícolas. Na verdade, o que se verifica é um processo de diversificação produtiva nestes espaços, provavelmente relacionada com o crescimento da mercantilização econômica e social.

Na década passada, em alguns países selecionados, o total do emprego agrícola nas zonas “essencialmente rurais” da OCDE (conforme a conceituação), decresceu em quase todos os casos – novamente com a exceção canadense –, chegando em diversos países a ocorrer uma redução de um quarto ou mais do emprego rural nessas zonas. Importante notar, da mesma forma, que além da queda da ocupação na agricultura, nas atividades de cunho industrial o desempenho para a criação de novos empregos nas regiões “essencialmente rurais” também é negativo. O estudo da OCDE revela que o setor que mais contribuiu com o incremento de empregos nas áreas consideradas “essencialmente rurais” foi o de serviços.

Outro aspecto importante que o estudo citado evidencia, ao analisar com indicadores territoriais e demográficos o emprego e as formas de ocupação nas zonas rurais refere-se à relação inversa que há entre a distribuição espacial e o emprego da população. Ou seja, embora boa parte da população permaneça morando em áreas rurais, sua ocupação principal não está diretamente relacionada à agricultura. A Tabela 2 mostra que na maior parte dos países analisados, uma parcela muito expressiva da população ainda se concentra em áreas onde a densidade demográfica é inferior a 150 hab/km<sup>2</sup>. No conjunto dos países relacionados, parcelas significativas da população residem nessas áreas consideradas “essencialmente rurais” havendo, inclusive países onde mais da metade da população total reside em zonas de baixa densidade, como é o caso da Noruega.

**Tabela 2**  
**Países selecionados da OCDE. População rural e situação de domicílios**  
**em países membros da OCDE, 1990**

População das comunidades rurais	Média Nacional	% da população por tipo de região		
		Essencialmente rural	Relativamente rural	Essencialmente urbana
Noruega	59	51	38	11
Suécia	43	49	32	19
Finlândia	55	43	37	20
Dinamarca	42	40	38	22
Áustria	42	40	39	22
Estados Unidos	44	36	34	30
Canadá	40	33	23	44
Austrália	30	23	22	55
Portugal	36	35	22	43
República Tcheca	29	15	57	28
França	37	30	41	29
Espanha	30	17	46	37
Itália	22	9	44	47
Japão	27	22	35	43
Suíça	19	13	25	62
Alemanha	21	8	26	66
Reino Unido	13	1	27	72
Bélgica	9	2	18	80
Holanda	8	-	15	85

**Notas:** (-) Sem aplicação. Tipologia baseada na proporção da população regional ativa das comunidades rurais conforme nota 5, neste trabalho.

Fonte: OCDE (1996, p. 20).

Entretanto, confrontando-se os dados da Tabela anterior, com os apresentados na Tabela 3, a seguir, verifica-se que a participação da agricultura no emprego regional, mesmo nas áreas “essencialmente rurais”, é relativamente reduzida e, à exceção do caso da Espanha, não atinge sequer um quarto do emprego total. Estas informações reafirmam, uma vez mais, que a proporção da população que habita as áreas rurais é significativamente superior ao que representa a agricultura na geração setorial de empregos. Os casos mais emblemáticos, talvez, sejam o dos Estados Unidos e da França, reconhecidamente grandes produtores agrícolas. Nestes países, a agricultura é responsável por apenas 3,3% e 5,7%, respectivamente, dos empregos em relação a média nacional (chegando a 5,9% no caso americano

e 10,8% no francês quando consideradas apenas as regiões essencialmente rurais). No entanto, conforme indicado na Tabela 2, a população considerada rural alcança, na média nacional, 44% e 37% respectivamente (36% e 30% nas zonas essencialmente rurais), mostrando que não há um relação direta entre o domicílio rural e a ocupação na agricultura.

**Tabela 3**  
Países selecionados da OCDE. Participação da agricultura no emprego regional, 1990 (% do emprego total)

Países	Média Nacional	Regiões Essencialmente Rurais	Regiões Relativamente Rurais	Regiões Essencialmente Urbanas
Canadá	4.6	10.9	3.3	1.2
Estados Unidos	3.3	5.9	2.4	1.6
Austrália	4.5	14.7	4.3	0.7
Japão	7.1	14.1	8.5	2.4
Áustria	6.2	13.3	4.1	0.8
Bélgica	2.5	9.3	3.0	2.2
Dinamarca	5.7	9.5	4.8	0.4
Finlândia	8.5	16.0	5.3	0.7
França	5.7	10.8	5.5	1.0
Itália	9.9	16.0	13.5	5.7
Holanda	4.6	-	6.5	4.3
Portugal	10.6	22.9	10.0	2.8
República Tcheca	11.6	22.3	13.1	2.7
Espanha	11.1	25.0	13.8	2.6
Suécia	3.7	5.4	2.9	0.7
Suíça	4.1	9.5	6.3	2.1
Reino Unido	2.4	10.3	4.2	1.0

Notas: (-) Não aplicável.

Fonte: OCDE (1996, 118).

## **2. As Atividades Não-Agrícolas e a Pluriatividade nos Países Desenvolvidos**

Os dados antes descritos sinteticamente parecem ser suficientes para se afirmar que o recurso, por parte de membros das famílias que habitam áreas rurais, nas nações citadas, ao trabalho não-agrícola não pode ser considerado como uma situação efêmera ou transitória (SCHNEIDER, 1999a). Neste sentido, as mudanças atualmente em curso, anteriormente assinaladas, parecem indicar que o desenvolvimento

social e econômico do mundo rural está passando por redefinições que apontam não apenas para a emergência de novas formas de obtenção de rendas (essencialmente não agrícolas) para os agricultores e os habitantes do espaço rural, mas talvez até mesmo uma nova via para sua inserção na divisão social do trabalho.

Entre as razões apontadas em diversos estudos, que teriam contribuído para a emergência e a expansão das atividades não agrícolas nos países desenvolvidos, destacam-se pelo menos cinco fatores principais:

- a. o disseminado e intenso processo de modernização tecnológica da agricultura permitiu que esta se tornasse uma atividade cada vez mais individualizada, dispensando gradualmente a antes necessária utilização da mão-de-obra total das famílias rurais. Na França, por exemplo, a população agrícola ativa caiu de 2,4 pessoas por propriedade rural em 1970, para 1,4 em 1993. Em relação às esposas dos agricultores franceses, em 1970 84% delas participavam diretamente nos trabalhos da propriedade, mas em 1993 essa cifra não chegava a 60% (HERVIEU, 1996, p. 10). Segundo Hervieu, este processo de individualização do trabalho agrícola está diretamente associado ao crescimento das atividades não agrícolas de algumas membros da família, como no caso das esposas dos agricultores. Em 1970, apenas 5,8% delas exercia algum tipo de atividade fora da propriedade (7,2% entre as mais jovens, com menos de 35 anos), mas em 1993 já eram mais de 50% as esposas com menos de 35 anos que trabalhavam em atividades não agrícolas (*idem*);
- b. o crescimento da produtividade agrícola e do volume global de produção da agricultura nos países desenvolvidos, particularmente na segunda metade deste século, se fez com base no financiamento agrícola e através do estímulo das políticas públicas destinadas a desenvolver os formatos tecnológicos dos sistemas produtivos. Esta ação permitiu um forte incremento na produtividade agrícola, que em países como a França chegou a ser de 3,3% ao ano, entre 1949 e 1962, e 2,5% ao ano, entre 1962 e 1972 (EIZNER, 1985, p. 20)<sup>7</sup>. Este expressivo crescimento por certo, induziu o incremento patrimonial das famílias rurais, na forma de maquinários e estruturas de produção diversas e, assim, por um longo período, constituiu-se na principal forma de garantia da relativa paridade de rendimentos entre a agricultura e as atividades econômicas não agrícolas. Entretanto, o crescimento patrimonial não foi acompanhado pela evolução da rentabilidade da atividade agrícola em especial nos anos mais recentes. Segundo dados apurados por Hervieu (1996) sobre o conjunto dos agricultores franceses,

---

7 Uma ilustração paradigmática desta evolução refere-se ao aumento dos rendimentos físicos do cultivo do milho nos Estados Unidos. Entre 1866 e 1940, a produção média deste cereal por hectare permaneceu quase inalterada, não ultrapassando 1,6 ton. mas, entre 1940 e 1985, elevou-se mais de quatro vezes, atingindo a média de 7,4 ton. por hectare.

em 1970 as rendas agrícolas representavam 76,4% do orçamento familiar, mas em 1979 haviam se reduzido para 61,6%, em uma época de pleno crescimento da produtividade. A expressão das rendas não agrícolas e das transferências sociais na composição da renda familiar caminhou em sentido inverso: em 1970 representavam 14,3% e 9,3% e em 1979 haviam ampliado sua participação para 24,3% e 14,1% respectivamente. Na década de oitenta, quando grande parte dos agricultores defrontaram-se com os limites impostos pelo crescimento intensivo da produtividade, em vista dos problemas da super produção (o que acarretou a imposição de cotas de produção para alguns produtos agrícolas como o leite, por exemplo, entre outras restrições) e dos custos sociais crescentes para assegurar os elevados subsídios agrícolas, a queda dos rendimentos financeiros dos agricultores agravou-se ainda mais. Neste quadro, de crescentes dificuldades tecnológicas e financeiras, o recurso às atividades não agrícolas passou a ser uma estratégia dos agricultores destinada principalmente à manutenção de seus níveis de renda.

- c. o desenvolvimento das atividades não agrícolas passou também a contar com o apoio e o estímulo das políticas públicas, para contrapor-se não apenas à queda das rendas no setor agrícola mas, sobretudo, como uma estratégia de “desintensificação” da atividade agrícola buscando assim amenizar os problemas de super produção. Os estímulos oferecidos aos agricultores pela Comunidade Européia, introduzidos a partir da grande reforma da “Política Agrícola Comum” (PAC), ocorrida em 1991/92, estão, sem dúvida, relacionados a esta nova situação. Em um cenário onde o desemprego, sobretudo o urbano-industrial, tornou-se um problema estrutural sem perspectivas de resolução, a otimização da ocupação no meio rural também passou a figurar proeminentemente entre os objetivos das políticas públicas. Por essa via, o meio rural passou a ser área de atuação de setores governamentais, que até então lhe dedicavam pouca ou nenhuma atenção, particularmente no caso da infra-estrutura e dos serviços sociais básicos.
- d. contudo, o trabalho em tempo parcial e a pluriatividade não são decorrentes tão somente das transformações macro-estruturais na agricultura. Na verdade, o exercício de várias atividades dentro de uma mesma propriedade agrícola é uma característica intrínseca ao “modo de funcionamento” de unidades de trabalho que organizam-se sob a égide do trabalho familiar, conforme amplamente demonstrado pelas ciências sociais dedicadas aos processos sociais agrários, a antropologia em particular. Como na agricultura das nações desenvolvidas o trabalho de origem familiar é dominante, pode-se dizer que o fato destas unidades voltarem-se para o exercício de outras atividades, combinando-as com a agricultura, responde a uma situação que corresponde, historicamente, a situações corriqueiras;

- e. finalmente, a expansão da pluriatividade e das atividades não agrícolas no meio rural dos países desenvolvidos também pode ser atribuída à dinâmica do mercado de trabalho não agrícola. Nesse sentido, existem vários estudos que indicam as relações entre processos de descentralização industrial ou de industrialização descentralizada em áreas não-urbanas com o crescimento de atividades não agrícolas nos espaços rurais<sup>8</sup>. Este é o caso, em particular, de algumas regiões do Mediterrâneo, especialmente em países como Portugal, Espanha e Itália. São argumentos que contribuem para entender porque em alguns dos principais países analisados no relatório da OCDE a agricultura em tempo parcial e a pluriatividade ocupam um lugar de destaque na estrutura do emprego e da ocupação em áreas rurais, conforme mostra a Tabela 4. Esta importância é ainda mais significativa nas regiões “essencialmente rurais” e “relativamente rurais”, reforçando os argumentos já apresentados anteriormente<sup>9</sup>.

**Tabela 4**  
**Países selecionados da OCDE. Proporções de estabelecimentos agrícolas com responsáveis em tempo parcial e pluriativos, 19901 (%)**

Países	Média Nacional	Regiões Essencialmente Rurais	Regiões Relativamente Rurais	Regiões Essencialmente Urbanas
Estabelecimentos agrícolas em tempo parcial				
Canadá	56	56	56	46
Estados Unidos	33	37	30	34
Japão	84	82	85	85
Áustria	60	59	60	57
França	50	47	51	36
Alemanha	59	58	59	60
Itália	89	90	88	89
Holanda	32	-	30	33
Portugal	78	82	75	58
Espanha	80	80	78	87
Reino Unido	44	42	44	46

8 É volumosa a bibliografia que poderia ser citada sobre o tema. Consulte-se, entre tantos, os estudos de Courlet (1993; 1995) e, principalmente, Bagnasco (1996).

9 Nesse estudo, a OCDE faz uma distinção entre agricultura em tempo parcial e pluriatividade nos seguintes termos: «considera-se como trabalhadores em tempo parcial todos os proprietários que trabalham menos de uma unidade de trabalho-homem ao ano, quaisquer que sejam as atividades lucrativas que possam exercer. Os proprietários agrícolas pluriativos são pessoas que trabalham em tempo parcial na agricultura e que exercem paralelamente outras atividades lucrativas” (1996, p. 123).

Países	Média Nacional	Regiões Essencialmente Rurais	Regiões Relativamente Rurais	Regiões Essencialmente Urbanas
Estabelecimentos agrícolas pluriativos				
Canadá	42	43	38	36
Áustria	35	35	34	28
França	24	22	24	17
Alemanha	44	44	45	43
Itália	30	30	29	32
Holanda	22	-	17	24
Portugal	36	34	42	28
Espanha	35	32	33	37
Reino Unido	30	31	27	33

Notas: (-) Sem aplicação; <sup>1</sup> Os dados para os países de União Européia são de 1989.

Fonte: OCDE (1996, p. 122).

### ***3. A Evolução do Emprego Rural Não Agrícola na América Latina e no Brasil***

Nessa seção pretende-se averiguar em que medida a generalização das atividades não-agrícolas no espaço rural e a disseminação da pluriatividade entre os agricultores dos países desenvolvidos também ocorre nos países latino-americanos e, de modo especial, no Brasil. Em relação ao continente como um todo, as informações são bastante escassas, limitando-se basicamente aos trabalhos produzidos por pesquisadores ligados à CEPAL (Klein, 1992; Weller, 1997 e Dirven, 1997, 1998).

Contudo, embora não se dispondo de dados diretamente comparáveis às informações obtidas com o estudo da OCDE, na América Latina a população rural também é cada vez menos sinônimo de população ocupada na agricultura, pois as formas de ocupação e emprego no espaço rural são cada vez mais diversificadas. Segundo Klein, desde 1950 a população latino americana vinha crescendo a uma taxa média de 2,6% ao ano e a população rural não crescia mais que 0,7% no mesmo período. Em 1950, 54% dos trabalhadores da América Latina estavam ocupados na agricultura mas em 1992 eram apenas 25% do total. Em trabalho mais recente, Dirven (1997, p. 19) mostra que a participação da PEA agrícola no conjunto da PEA rural, na maioria dos países latino-americanos, é inferior a 70%. Segundo a autora, nos próximos anos as projeções indicam que o emprego na agricultura tende a reduzir-se ainda mais em relação à PEA total da região (o que significa em torno de 40 milhões de pessoas), mesmo sem afetar os índices de produtividade e o volume da produção agrícola total. Ao mesmo tempo, no entanto, esse progresso

técnico tenderá a ser seletivo e beneficiar uma parcela pequena dos agricultores da região, fazendo com que muitos tenham de abandonar o meio rural e outros tantos a aceitar uma remuneração cada vez menor para seu trabalho, o que pode implicar em aumento da pobreza rural, que já atinge cerca 60% da população latino-americana que vive da agricultura (DIRVEN, 1997, p.77).

No entanto, essa redução da população ocupada em atividades agrícolas não significa que haja uma retomada do êxodo rural iniciado na década de 1960. No período recente, especialmente a partir dos anos oitenta, a queda do emprego agrícola tem sido compensada parcialmente pelo crescimento da população rural ocupada em atividades não agrícolas. Isso é o que mostra o trabalho de Klein (1992), que além de reconhecer que as migrações rural-urbanas influenciaram a queda da PEA agrícola, indica que essa redução também pode ser atribuída às mudanças recentes das novas formas de ocupação do meio rural.

Segundo o mesmo autor, existe uma tendência de crescimento da população economicamente ativa ocupada em ramos de atividades não agrícolas na América Latina, conforme mostram os dados da Tabela 5. Ele salienta que na região a PEA agrícola vem crescendo a uma taxa anual negativa de 0,8%, nos anos referidos, ao passo que a proporção de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas aumenta a uma taxa positiva de 3,4%, no mesmo período, que é, inclusive superior ao crescimento da média total da PEA latino-americana, que foi de 2,6%. No conjunto da região, a PEA rural não agrícola passou de 23,9% para 29,1%, registrando um crescimento de 5% nos anos recentes. Vale a pena notar que mesmo nos países de grande extensão territorial, como o Brasil, o México e, em menor escala, a Colômbia, registra-se um crescimento bem mais favorável da PEA não agrícola em relação à PEA ocupada na agricultura, o que demonstra que as atividades rurais não agrícolas não se constituem em fenômeno singular de um país específico.

**Tabela 5**  
Países selecionados da América Latina: taxas anuais (%) de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), segundo local de domicílio e ramo de atividade.

Países	Pea total	Pea urbana	Pea rural		Período da variação anual <sup>1</sup>
			Agrícola	Não agrícola	
América Latina	2,6	4,1	-0,8	3,4	-
Bolívia	2,6	3,9	1,8	1,0	1976-88
Brasil	3,9	6,2	-1,0	5,2	1970-80
Chile	2,6	3,4	-0,2	0,0	1970-82
Colômbia	1,7	3,7	-3,0	4,9	1964-73
México	2,5	3,1	0,8	4,1	1970-80
Paraguai	3,6	5,1	1,8	4,5	1972-82
Peru	3,5	4,3	2,1	2,1	1972-81
Uruguai	1,4	2,0	-0,8	-2,4	1975-85
Venezuela	4,2	5,2	-1,1	2,3	1971-81

Fonte: Klein (1992, p. 06), com base em censos nacionais de população de cada país.

<sup>1</sup> Refere-se ao ano base dos dados apresentados.

Para Klein, existem três hipóteses para explicar a evolução das atividades rurais não agrícolas na América Latina. A primeira, sustenta o autor, está relacionada à distribuição geográfica e demográfica da população em um território, que pode variar de um país para outro. A segunda hipótese é de que o processo de modernização tecnológica da agricultura acabou forçando o crescimento dos serviços auxiliares às atividades agrícolas, o que tem criado um novo mercado de trabalho no espaço rural diferente do agrícola, embora a ele vinculado. Por último, Klein acredita que, em consequência deste processo de ampliação do mercado de trabalho agrícola e não agrícola, surgem novas atividades no meio rural, em geral ligadas à prestação de serviços, como as comunicações e o serviço público em geral.

Entre as características da evolução das atividades não agrícolas no espaço rural, o autor destaca o crescimento das atividades comerciais e dos serviços. Segundo Klein, isso indica que a estrutura do emprego rural não agrícola está se tornando bastante similar ao mercado de trabalho urbano. Essa homogeneidade do emprego rural e urbano não agrícola por ramos de atividade sugere uma integração entre o próprio mercado de trabalho.

Além da homogeneização do mercado de trabalho, Klein também destaca que há pelo menos outras duas consequências importantes que são decorrentes das transformações estruturais do emprego e das formas de ocupação no espaço rural (1992, p.10-11). A primeira refere-se ao crescimento das unidades produtivas ocupadas em tempo parcial na agricultura, muitas vezes executando mais de uma atividade produtiva em setores diferentes. Esse fenômeno relaciona-se tanto à capacidade de absorção do progresso técnico nas propriedades como ao aumento da ociosidade de parte da força de trabalho dos membros da família, fazendo com que os trabalhos temporários ou acessórios exteriores à propriedade constituam-se em novas fontes de rendimento. A segunda consequência está relacionada às transformações estruturais da economia capitalista contemporânea, especificamente no que tange aos processos de descentralização da produção urbano-industrial para áreas rurais ou peri-urbanas. Esses processos obedecem à necessidade crescente de flexibilização das relações de trabalho e redução dos custos de mão-de-obra, que em geral são bem mais atraentes nas áreas rurais. A emergência do trabalho a domicílio e o deslocamento de empresas para áreas rurais da América Latina inserem-se nesse contexto.

Ainda de acordo com Klein, o desenvolvimento das atividades rurais não agrícolas na América Latina decorre do próprio crescimento da agricultura. Por essa razão, sugere que as ações de desenvolvimento integrado atuem de forma a compatibilizar as políticas agrícolas com outras formas de geração de emprego no meio rural, especialmente através da descentralização industrial. Para ele, a emergência das atividades rurais não agrícolas na América Latina pode ter um papel importante no alívio à pobreza rural e ao estímulo de novas atividades econômicas no espaço rural<sup>10</sup>. Como razões que justificariam políticas de apoio a

---

10 Em 1990, 61% da população rural da América Latina encontrava-se em condição de pobreza. (Klein, 1992, p.12)

esse tipo de desenvolvimento, o autor destaca a importância das rendas rurais não agrícolas para a dinamização da economia local e para a diversificação das fontes de rendas dos agricultores, oferecendo-se alternativas de inserção profissional para os mais jovens que não desejam dedicar-se a essa atividade (KLEIN, 1992, *passim*).

Nessa mesma direção, WELLER (1997) também identificou a agricultura como o setor responsável pela expansão dos empregos rurais não agrícolas na região do istmo centro-americano (Costa Rica, Honduras, Panamá e Guatemala). Segundo esse autor, as características da agropecuária constituem fatores determinantes dos empregos não agrícolas, podendo-se identificar três dinâmicas que dela derivam diretamente e outras duas não se vinculam a ela. A primeira, que em geral está diretamente ligada ao processo produtivo agrícola, como as atividades complementares ou acessórias; a segunda deriva dos empregos não agrícolas gerados pelas demandas de consumo da própria população rural (como bens e serviços, transportes e comércio) e a última estaria relacionada à disponibilidade de excedentes de mão-de-obra, em face do nível de emprego agrícola existente (mão-de-obra essa que migra para as zonas urbanas e permanece ocupada em atividades que o autor chama de “refúgio”). Além desses fatores, Weller também aponta o artesanato rural típico e o turismo rural como exemplos de atividades que também podem contribuir para a geração de empregos não agrícolas no meio rural e, finalmente, atividades que derivam da expansão dos serviços públicos em infraestrutura, decorrentes de investimentos do Estado, que se constituiriam, portanto, na quinta dinâmica identificada pelo autor na América Central (WELLER, 1997).

### 3.1 Atividades agrícolas e não agrícolas no Brasil: alguns resultados do Projeto Rurbano

No Brasil, a emergência das atividades não agrícolas no meio rural vem despertando o interesse de diversos estudiosos, sendo tal fenômeno, inclusive, apontado por alguns como a provável face do “novo rural brasileiro”. Segundo Graziano da Silva (1999), a novidade consiste na idéia de que o meio rural não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e pecuária. O aparecimento de “novas” atividades nesse espaço estaria introduzindo um conjunto de “novas funções”, especialmente aquelas ligadas às ocupações não agrícolas da população rural. O ator social privilegiado desse “novo rural” seriam as famílias pluriativas, que se caracterizam por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que os seus membros possuam vários tipos de inserção profissional<sup>11</sup>.

11 As informações aqui apresentadas são resultantes de tabulações especiais produzidas pelo “Projeto Rurbano” com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (doravante denominada simplesmente PNAD), realizada pelo IBGE. O Projeto Rurbano é o esforço de um grupo de pesquisadores que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas, coordenado pelo Professor José Graziano da Silva. Maiores informações [<http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html>].

Entre os fatores que contribuíram para a emergência dessa situação, os pesquisadores ligados ao Projeto Rurbano, têm apontado três causas principais. Primeiramente, a emergência das atividades não agrícolas e da pluriatividade, segundo Graziano da Silva et alii, (1996), é decorrente do próprio processo de “urbanização do campo”, resultante de um “transbordamento” das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno, como é o caso da região de Campinas, no Estado de São Paulo. Nessas áreas, o processo de urbanização do campo se dá através da expansão de novas atividades que pouco ou nada têm a ver com a produção agropecuária *stricto sensu*. Trata-se de “novos tipos de ocupações”, entre essas o lazer (os pesque-pague e chácaras de recreio seriam o seu melhor exemplo), as moradias secundárias da classe média urbana; o crescimento das áreas de preservação destinadas ao ecoturismo (parques e estações ecológicas, sobretudo) e novas formas de emprego como os jardineiros, pedreiros, motoristas, especialmente atividades ligadas à prestação de serviços (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

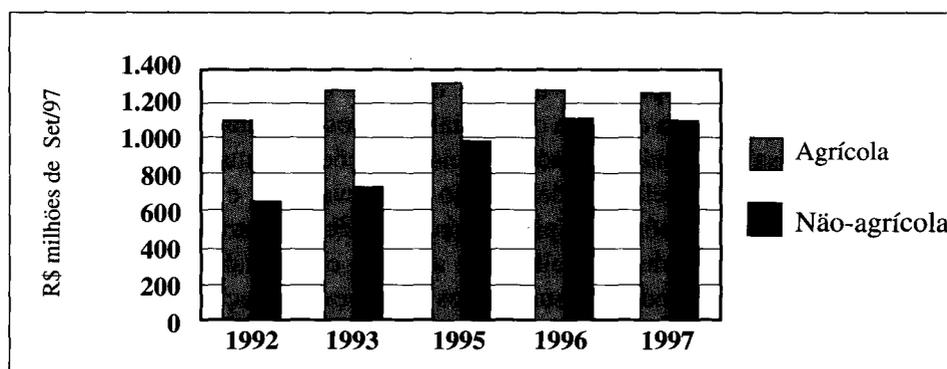
A segunda razão explicativa decorre da crise do próprio setor agrícola, particularmente a partir da abertura comercial dos anos noventa. Para Graziano da Silva (1999), essa crise está associada às transformações estruturais da agricultura brasileira, provocadas pela “modernização conservadora” e um conjunto de condicionantes macroeconômicos típicos da presente década (entre outros, mudanças no financiamento da produção, política de abertura comercial e acirramento da concorrência com os produtos estrangeiros e sobrevalorização cambial como estímulo às importações). Entre os efeitos provocados por esses elementos pode-se destacar a queda da rentabilidade dos principais produtos da agropecuária brasileira que, segundo Lopes (1996), reduziram-se, em média, 40% na comparação do período 1981-85 com o quinquênio 1991-95. Essa diminuição da renda se reflete também na redução dos valores dos principais ativos agrícolas, especialmente os preços pagos pela terra. A queda dos preços não apenas afastou os interessados em obter lucro com o “negócio agrícola” como diminuiu, rapidamente, as rendas gerais na agricultura brasileira.

Em trabalho recente, Graziano e Del Grossi (1999) mostraram que, na atual década, especialmente no período pós-Plano Real, houve uma acentuada queda das rendas agrícolas, especialmente entre as categorias dos ocupados rurais por conta própria, ou seja os agricultores familiares. O Gráfico 1, a seguir, indica esta redução das rendas agrícolas *vis-à-vis* aquelas obtidas pelas pessoas ocupadas, com domicílio rural, em atividades não agrícolas.

Finalmente, a terceira causa que explicaria o surgimento das atividades rurais não agrícolas estaria relacionada aos limites de crescimento do próprio emprego agrícola devido à alta taxa de ociosidade tecnológica e ao subemprego, vigentes na estrutura agrária brasileira. Uma simulação a partir da base de dados da Fundação SEADE (de São Paulo), demonstrou que caso houvesse uma disseminação dos sistemas de produção mais modernos de cada produto, como é atualmente praticado em determinadas regiões do Estado de São Paulo, estendendo-se para todas as áreas

cultivadas desse produto, haveria uma redução de 45% na demanda por força de trabalho agrícola, no nível de Brasil, e de 23% para São Paulo (Graziano da Silva 1999, p. 89). Além disto, em estudo recente, Kageyama (1997) estimou, com base nos dados das PNAD de 1992-95, que haveria 35,3% de pessoas sub-ocupadas em atividades agrícolas no Brasil (sendo 34% na região Sul) que poderiam ser consideradas sub-empregadas, definindo-se essa situação como aquela pessoa ocupada menos de 15 horas por semana e cujo rendimento é inferior ao valor de um salário mínimo (KAGEYAMA, 1997, p. 7).

**Gráfico 1**  
Evolução da renda total das pessoas residentes na zona rural,  
segundo o setor de ocupação, Brasil, 1992-97.



Fonte: Projeto Rurbano (*apud* Graziano e Del Grossi, 1999), Deflator INPC

Embora ainda não haja consenso em torno das razões que estariam provocando estas transformações, alguns trabalhos mais recentes (GRAZIANO DA SILVA, 1999; KAGEYAMA 1997), indicam que o aparecimento das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro também está associado ao processo de modernização da agricultura no período recente. Tal como nos casos acima apresentados, o progresso tecnológico e a integração crescente dos processos produtivos agropecuários com os diferentes setores da economia acabaram não somente alterando o perfil dos produtores agrícolas como estimularam o aparecimento de novas demandas no espaço rural, muitas delas sem nenhum tipo de ligação à produção agrícola. É claro que caracterizar o meio rural brasileiro como um espaço não essencialmente agrícola não implica, em contrapartida, afirmar que, em determinadas regiões, especialmente como é o caso do Nordeste e do Norte do país, e mesmo em muitas outras áreas afastadas dos centros urbanos, o peso da agricultura não seja importante.

Consultando-se as taxas anuais de crescimento na Tabela 6 percebe-se que nos anos da década de 1990, em todas as quatro unidades de análise selecionadas, houve

uma redução da população rural ocupada em atividades agrícolas, que no Brasil como um todo foi da ordem de 2,2% a.a., 4,1% a.a. na Região Sul, 2,8% a.a. no Rio Grande do Sul e 4,5% a.a. em Santa Catarina (a mais alta proporção), entre 1992 e 1997<sup>12</sup>. Não obstante, aparentemente compensando essa perda de postos de trabalho agrícolas, em todas as quatro unidades também se registrou um aumento da população rural ocupada em atividades não agrícolas, cabendo outra vez o destaque para Santa Catarina, onde o incremento foi de 5,6% a.a.

**Tabela 6**  
**Brasil, Região Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Taxas de crescimento da PEA ocupada, segundo o setor de atividade e a situação do domicílio, 1981 e 1997 (1.000 pessoas)**

Taxa De	Agrícola			Não Agrícola			Total		
	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
<b>Brasil</b>									
(% a.a 81/92 <sup>a</sup> )	0,4***	3,3***	1,0***	1,2***	3,6***	3,4***	0,6***	3,6***	2,7
(% a.a 92/97 <sup>b</sup> )	-2,2***	-1,7**	-2,1***	2,5**	2,3***	2,33***	-1,0**	2,3***	2,3***
<b>Região Sul</b>									
(% a.a 81/92 <sup>a</sup> )	-1,5***	2,0***	-1,0***	0,4	4,3***	3,9***	-1,2***	4,1	2,1***
(% a.a 92/97 <sup>b</sup> )	-4,1***	-1,7***	-3,6***	3,9***	2,4***	2,6***	-2,3***	2,6***	2,1***
<b>Rio Grande do Sul</b>									
(% a.a 81/92 <sup>a</sup> )	-1,7***	4,6***	-0,9	0,7	3,6***	3,3	-1,2	3,7	2,0
(% a.a 92/97 <sup>b</sup> )	-2,8***	-4,2*	-1,5***	1,7	1,5***	2,8***	-1,5***	1,9***	1,0***
<b>Santa Catarina</b>									
(% a.a 81/92 <sup>a</sup> )	0,4	4,0***	0,8	0,5	5,4***	4,6	0,4	5,3	3,2
(% a.a 92/97 <sup>b</sup> )	-4,5***	-0,1	-0,5	5,6**	3,3***	4,3***	-1,7***	3,2***	1,3***

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do I.E./ UNICAMP, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

- a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.  
b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(\*\*\*), (\*\*) e (\*) indicam valores significativos ao nível de 5, 10 e 20%, respectivamente.

Indubitavelmente, há também outras razões que têm sido apontadas como responsáveis pela emergência das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro. Uma delas refere-se ao processo de descentralização e interiorização de determinados tipos de indústrias, especialmente de bens de consumo não duráveis, como têxteis, vestuário e calçados, em algumas regiões do Sul do Brasil (especialmente

<sup>12</sup> Em 1981, as pessoas envolvidas em atividades não agrícolas no Brasil e que habitavam as áreas rurais situavam-se em torno de 22,2%, e em 1997 essa proporção havia aumentado para 28,9% da PEA.

no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina) e, mais recentemente, no Nordeste, que têm contribuído para revitalização econômica de determinadas áreas rurais (SCHNEIDER, 1999b, Raud, 1999).

De um modo geral, esses estudos estão indicando que está em curso um processo de alteração das características da ocupação da força de trabalho residente no meio rural, aliada a uma rápida diminuição das pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Entre os ramos de atividades que mais têm atraído os trabalhadores no meio rural do Brasil e da região Sul estão a prestação de serviços e o comércio de mercadorias, seguido dos ramos de transporte e comunicação e social, conforme mostra a Tabela 7.

**Tabela 7**  
**Região Sul e Brasil. Taxas de crescimento dos ramos de atividades não agrícolas da PEA ocupada residente em domicílios rurais, 1992 a 1997.**

Ramos de atividades	Região Sul 1981/92 <sup>a</sup>	Brasil		
		1992/97 <sup>b</sup>	1981/92 <sup>a</sup>	1992/97 <sup>b</sup>
Indústria da transformação	1,2	3,3*	1,6***	-0,6
Indústria da construção	-2,4*	8,9***	-7,5***	2,8
Outras atividades industriais	-3,9***	-0,4	-0,9	-2,1
Comércio de mercadorias	2,1*	1,5	3,4***	4,2***
Prestação de serviços	2,6***	5,3***	4,2***	4,4***
Serviços auxiliares ativ. econ.	-0,6	7,0**	0,0	7,1***
Transporte e comunicação	-2,8*	5,9**	2,1***	4,9**
Social	-1,0	-0,4	3,9***	1,6*
Administração pública	0,4	6,2*	4,9***	2,9
Outras atividades	-6,6***	10,7***	-1,6	4,1*
<b>Total</b>	0,4	3,9***	1,2***	2,5**

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(\*\*\*), (\*\*) e (\*) indicam valores significativos ao nível de 5, 10 e 20%, respectivamente.

Entre os setores de atividades não agrícolas que mais cresceram no meio rural brasileiro, destaca-se o emprego doméstico, decorrente exclusivamente do desempenho do ramo da prestação de serviços. Tanto no conjunto da região Sul como no Brasil, o emprego doméstico cresceu a uma expressiva taxa de cerca de 6% a.a. entre 1992 e 1997. Embora o setor da construção civil não tenha revelado um desempenho favorável no conjunto da Federação, seu comportamento foi

significativamente positivo entre 1992 e 1997 na região Sul, onde cresceu a uma taxa de quase 9% a.a. Outro setor cujo crescimento merece destaque é o dos restaurantes, que entre 1992 e 1997 revelou um acréscimo de 16,4% a.a. no conjunto da região Sul e de expressivos 6,1% a.a. no Brasil.

Os efeitos das transformações na formas de ocupação da força de trabalho na agricultura brasileira, em especial da região Sul, ficam mais claros ao se analisar o comportamento das diferentes categorias sociais que compõe a estrutura produtiva da agropecuária. Uma consulta à Tabela 8 permite identificar, com relativa facilidade, o desempenho da ocupação nas atividades agrícolas. Entre 1992 e 1997, quase todas as categorias que estavam ocupadas na agricultura registraram taxas negativas de crescimento, resultando em um decréscimo de 4,1% a.a. no conjunto do três Estados, da região Sul e de 2,2% a.a. no Brasil como um todo. O destaque entre as quatro categorias listadas fica entre os empregados (em geral contratados em regime de assalariamento), que diminuíram expressivamente no sul, a uma taxa de 3,1% a.a., e igualmente no Brasil, a uma taxa de 2,5% a.a. entre 1992 e 1997. Outra categoria que registrou uma queda significativa, no mesmo período, foi a dos que se declaram não remunerados, como usualmente fazem os membros das unidades familiares, que no Sul reduziram-se em -5,2% a.a., e no Brasil em -3,1% ao ano.

**Tabela 8**  
**Brasil e Região Sul. Taxas de crescimento da PEA rural ocupada segundo a posição na ocupação, 1981/1997 (1000 pessoas)**

Posição na ocupação	Região Sul		Brasil	
	1981/92 <sup>a</sup>	1992/97 <sup>b</sup>	1981/92 <sup>a</sup>	1992/97 <sup>b</sup>
Ativ. Agrícolas	-1,5***	-4,1***	0,4***	-2,2***
Empregados	-1,9***	-3,1**	-0,7***	-2,5***
Conta Própria	-1,2***	-3,2***	0,3	-0,8
Empregadores	-1,4	-1,0	1,2**	-4,8*
Não remunerado	-1,6***	-5,2***	1,3***	-3,1***
Ativ. Não agrícolas	0,4	3,9***	1,2***	2,5**
Empregados	0,5	3,2**	0,5**	2,7*
Conta Própria	0,5	5,0**	2,3***	1,8
Empregadores	-1,7	17,4***	4,2***	9,0***
Não remunerado	-0,9	5,6*	6,4***	0,3
Total	-1,2***	-2,3***	0,6***	-1,0**

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*, \*\*, \*\*\* significam respectivamente 20%, 10% e 5%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro 1999

Em contraste com a redução do número de pessoas economicamente ativas ocupadas nas atividades agrícolas, as categorias que estavam trabalhando em ocupações não agrícolas registraram um comportamento muito distinto. Em primeiro lugar, tal como indicado na Tabela 8, deve-se destacar que nas taxas de crescimento anuais referentes às atividades não agrícolas não há sinal negativo no caso brasileiro, nem mesmo quando os testes estatísticos não são significativos. Outra informação importante refere-se ao crescimento da categoria dos empregadores em atividades não agrícolas com domicílio rural, que na região alcança a surpreendente taxa de 17,4% a.a., e no Brasil chega a aumentar a uma taxa de 9% a.a. entre 1992 e 1997, o que parece ratificar a idéia de que o espaço rural brasileiro já não pode mais ser restringido apenas à agricultura, conforme antes mencionado. Além disso, no período referido, tomando-se apenas a região sul, verifica-se um aumento igualmente significativo nas atividades não agrícolas das categorias onde estão os agricultores familiares, que são as pessoas que declaram estar ocupadas por conta própria (5% a.a.) ou na condição de não remunerados (5,6% a.a.).

Em face da queda generalizada do emprego agrícola nos diferentes países e regiões, atestado por vários estudos e pesquisa aqui analisados, pode-se afirmar que o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural está se configurando em um fenômeno relevante não apenas para promover o desenvolvimento econômico e o bem estar social das populações rurais mas, também, para a própria interpretação analítica das transformações agrárias contemporâneas. A seguir, analisa-se o comportamento recente das ocupações agrícolas e não agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul.

#### **4. *As Mudanças Recentes no Perfil do Emprego na Agricultura Gaúcha***

No caso do Rio Grande do Sul, os processos que geraram a vertiginosa transformação da agricultura e do “mundo rural” no período recente podem ser divididos em três períodos distintos. O primeiro promoveu a modernização produtiva, iniciada na década de 1970, quando os governos militares empreenderam uma inédita transformação de algumas regiões agrárias brasileiras (em especial no centro-sul do País), retirando-as de seu atraso tecnológico e inserindo-as em circuitos propriamente capitalistas – o que permitiu não apenas a constituição de novas estruturas de produção, mas também o desenvolvimento de uma nova racionalidade de gestão agrícola.

Esgotada esta primeira fase de mudanças, simbolizada pelo ano de 1981, quando foram modificadas as normas financeiras do primeiro período, particularmente no que se refere ao esgotamento da política de crédito rural subsidiado, os anos seguintes foram marcados por uma dinâmica inteiramente nova da agricultura. A década de 1980 representou, de fato, um outro período singular, com as evidências de um ajuste macro-econômico persistente e, como resultado, uma

crescente deterioração dos aparatos institucionais ligados ao “mundo rural”, além da incapacidade financeira crescente do Estado em manter mecanismos de estímulo e/ou sustentação da agricultura similares aos do período anterior, em especial aqueles relacionados aos reclamos de financiamento da produção nas condições antes estabelecidas. A presente década, por sua vez, introduziu outros contornos econômicos e políticos, identificando uma terceira e diferente etapa do desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul. Nesses anos mais recentes, com o forte recuo do Estado e suas políticas para o meio rural, modificou-se ainda mais o “ambiente social e produtivo” no qual passou a inserir-se a agropecuária gaúcha, não apenas desafiando os estudiosos e suas ferramentas analíticas, mas, principalmente, materializando novos desafios e impasses que têm confrontado os próprios produtores, provavelmente em magnitude sem precedentes (Navarro, 1998).

Como resultados destas mudanças mais gerais observa-se, nos últimos anos, uma forte modificação demográfica no meio rural, com a diminuição constante das famílias dedicadas às atividades propriamente agrícolas, o que repercutiu sobre a estrutura de ocupação rural no Estado. Uma das principais modificações que se assiste nas últimas duas décadas é a diminuição absoluta da população que reside no meio rural. Em recente pesquisa, baseada em dados do IBGE, obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), constatou-se que em 1981 haviam 2,119 milhão de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, que residiam no meio rural gaúcho. Já em 1997 este número tinha caído para 1,627 milhão, portanto um diminuição de 492 mil pessoas que deixaram o meio rural e foram habitar em outros locais, provavelmente nos centros urbanos. No primeiro período, a diminuição anual alcançou a taxa de -2,0% a.a., enquanto que na década de noventa, a redução sofreu ligeiro abrandamento, mas ainda se manteve em uma taxa negativa de -0,6% a.a. entre 1992 e 1997<sup>13</sup>.

Ao analisar, retrospectivamente, estes quinze anos de mudanças, pode-se associar a diminuição absoluta da população rural aos impactos da intensa modernização tecnológica e produtiva da década de setenta, que ocorreu em quase todas as regiões rurais do Estado Meridional brasileiro. Embora estes processos tenham diminuído sua intensidade, com o esgotamento dos mecanismos financeiros que lhe deram origem, ainda assim nos anos mais recentes seguiram seu itinerário concentrando-se em algumas áreas e em algumas atividades produtivas. O processo de modernização implicou em intensa redução de postos de trabalho, com a eliminação freqüente das formas transitórias de trabalho antes vigentes, como o pequeno arrendamento, a parceria e a multiplicação de agregados nas propriedades

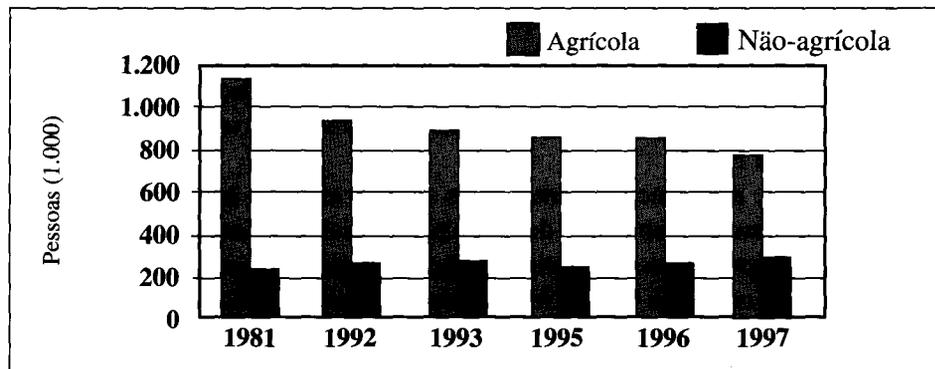
---

13 Vale notar que ao longo da década de 1980 o Rio Grande do Sul registrou uma taxa média anual de crescimento demográfico de 1,51% e de 0,99% entre 1991-96. A população urbana cresceu 4,08% ao ano entre 1970-80 e 3,98% ao ano entre 1980-90. Neste mesmo período a população rural registrou índices de crescimento populacional bem inferiores ao urbanos: 0,85% ao ano em 1970 e -2,08% ao ano na década de 1980 (Oliveira, Barcellos, Rabelo e Giacobbo, 1990).

maiores antes dedicadas principalmente (como atividade propriamente comercial) à triticultura, o mesmo acontecendo na principal zona de produção da soja, o chamado Planalto Médio. Nesta região, o “boom” da soja deslocou rapidamente os pequenos produtores rurais, não apenas pela lenta constituição de uma nova racionalidade na gestão da propriedade mas, igualmente, pela expansão da mecanização, eliminando postos de trabalho antes existentes.

Estas transformações na economia gaúcha e no meio rural em particular, tornam-se ainda mais evidentes quando se compara, no Gráfico 2 a seguir, apenas a população rural economicamente ativa, entre seus ramos de atividades “agrícola” e “não agrícola. Registra-se claramente, neste exame, a queda mais do que proporcional dos ocupados em atividades agrícolas, inclusive com uma taxa de redução anual que acelera-se na década de 1990 — isto é, enquanto nos anos oitenta a redução anual foi de -1,7%, o esvaziamento ocupacional na década seguinte aumentou para -2,8%. A redução da PEA foi mais acentuada entre os ocupados em atividades agrícolas, que em 1981 eram 1.160.800, em 1992 passaram para 964.000 e em 1997 chegaram a 815.200, embora sua participação relativa no período tenha se mantido em torno de 70%.

**Gráfico 2**  
Rio Grande do Sul. PEA rural ocupada em atividades agrícolas e não agrícolas  
1981-1997.



Fonte: Projeto Rurbano. Tabulações especiais das PNADs

Em relação aos principais ramos das atividades “não agrícolas” da população economicamente ativa é preciso notar, primeiramente, que os dados apresentados na Tabela 9 somente permitem interpretações mais refinadas quando os níveis de significância considerados aceitáveis são positivos. Neste caso, deve-se destacar que nos anos oitenta a parcela da população rural envolvida no ramo da “indústria de transformação” cresceu 2,9% a.a., mantendo uma participação ao redor de 7,7% da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas. Em geral este ramo é composto pelas pequenas unidades semi-industriais processadoras de produtos agropecuários

como as agroindústrias avícolas e suinícolas e também os laticínios de pequeno porte. Destaca-se também o ramo da “prestação de serviços” que aumentou sua capacidade ocupacional em mais de 20 mil postos entre 1981 e 1997, chegando a crescer a uma taxa anual de 3% entre 1992-97, o que indica, talvez, a maior diversidade de atividades nos ambientes rurais, não necessariamente relacionadas ao setor agrícola propriamente dito. Juntos, os ramos da indústria de transformação e da prestação de serviços, representavam em 1997 quase 15% da PEA ocupada em atividades não agrícola.

**Tabela 9**  
**Rio Grande do Sul. Principais ramos de atividades da população rural ocupada em atividades rurais não agrícolas 1981/1997 (1000 pessoas)**

Ramos de atividades	Taxa de crescimento (% a.a.)	
	1981/92 <sup>a</sup>	1992/97 <sup>b</sup>
Indústria da transformação	2,9**	-1,3
Indústria da construção	-3,2*	6,2
Outras atividades industriais	-3,8*	-1,3
Comércio de mercadorias	0,6	3,2
Prestação de serviços	2,0	3,0
Serviços auxiliares atividades econômicas	-2,4	19,1
Transporte e comunicação	-4,0*	7,4
Social	0,2	-2,9
Administração pública	3,0	2,1
Outras atividades	-3,0	3,1
Somente PEA Não Agrícola	0,7	1,7

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro 1999

A queda das ocupações em ramos importantes das atividades não agrícolas como a indústria da construção (crescimento negativo de -3,2% entre 1981 e 1992) parece estar em consonância com a crise econômica que se abateu sobre o meio rural gaúcho nos anos recentes. Conforme destacamos em outro trabalho (SCHNEIDER e NAVARRO, 1998), a marca mais saliente da presente década na estrutura agrária sul-riograndense tem sido o crescimento do desemprego e das pessoas não remuneradas, o que parece refletir a situação geral da agricultura, particularmente em atividades como a orizicultura e a produção de leite.

Os dados por ramos de produção, quando desagregados nos principais setores, permitem aprofundar os conhecimentos sobre as características das atividades não-agrícolas que estariam sendo criadas no espaço rural no período recente. Neste sentido, o destaque fica por conta do crescimento positivo do setor da indústria de alimentos (12,2% a.a.) e da assistência técnica em veículos (15,8% a.a.), com índices amplamente favoráveis entre os anos 1992 e 1997. Já na década de 1980 o melhor desempenho fica por conta do setor da administração municipal (11,4% a.a.) que, provavelmente, refere-se ao grande número de municípios novos que foram criados no Rio Grande do Sul, particularmente no segundo quinquênio da década. Em 1987 foram criados 29 novos municípios, em 1988 60 novas municipalidades surgiram e, em 1992 foram 94, totalizando 183 novos municípios em apenas cinco anos.

O desempenho promissor verificado na indústria de alimentos (10,3% a.a.) entre 1992 e 1997 reflete um fenômeno que vêm se generalizando no meio rural que é o da agregação de valor ao produto agrícola *in natura*. Muitas vezes estas atividades ocorrem na própria propriedade ou em pequenas unidades comerciais, localizadas nas proximidades, onde os agricultores adquirem o produto agrícola e o acondicionam em embalagens para ser levado ao comércio atacadista e varejista. No Rio Grande do Sul, alguns produtos como o moranguinho, o kiwi, a uva e a banana, tiveram incrementos significativos nos anos recentes e são exemplos deste processo de incremento de atividades não agrícolas no meio rural cujas ocupações geradas são captadas no universo dos setores da indústria e do comércio de alimentos onde formam-se grupos de trabalhadores que passam a operar especificamente nestas fases da produção.

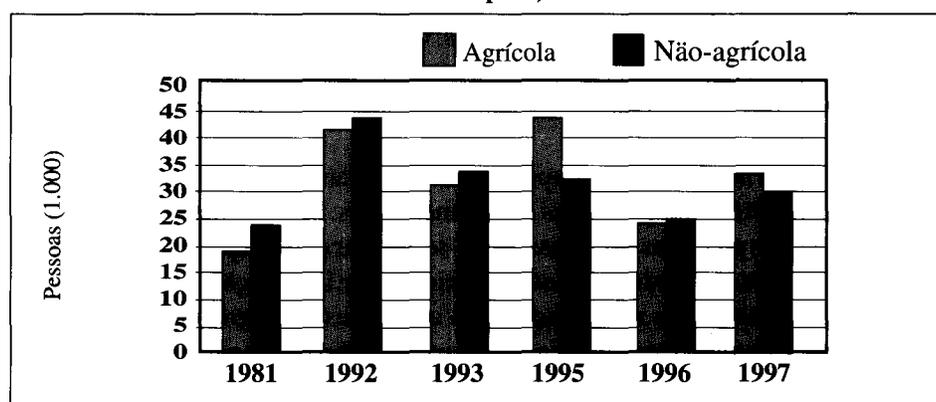
Uma apreciação de conjunto em relação aos setores permite que se identifique como traço geral o fato de serem atividades que podem ser exercidas por pessoas de baixa qualificação profissional. Esta constatação nos leva a hipótese de que a expansão das atividades rurais não agrícolas no meio rural do Rio Grande do Sul está ligada a um processo mais amplo de transformação estrutural da economia e da sociedade. A disseminação da prestação de serviços e das pequenas atividades de agregação de valor no meio rural indicam que está em curso um processo de diversificação produtiva e de ampliação da divisão social do trabalho. Um das possíveis conseqüências deste processo é que a agricultura, embora continue a ter um papel importante, já não constitui-se na única possibilidade de ocupação e emprego, pois as atividades não agrícolas passam a oferecer novas fontes de rendas aos indivíduos que habitam no espaço rural.

Entre as diversas características da população rural que vem sendo reveladas pela análise dos microdados das PNADs no escopo do Projeto Urbano, talvez a que mais tenha surpreendido seja o aparecimento da categoria dos “duplo-ativos”. Ou seja, trata-se de pessoas com domicílio rural que combinam o exercício de um “trabalho principal”, ou aquele considerado indispensável, com outras formas de ocupação ou obtenção de renda. Em muitos casos as atividades secundárias podem

não passar de “bicos” ou trabalhos temporários e ocasionais, mas não é raro encontrar trabalhadores que de fato possuem duas ocupações<sup>14</sup>.

O Gráfico 3 indica a evolução das pessoas com dupla atividade da PEA rural ocupada que possuem como atividade principal um trabalho agrícola ou não agrícola. A primeira constatação é de que o grupo de duplo ativos praticamente dobrou entre 1981 e 1992 em ambos os ramos de atividades, agrícola e não agrícola. A segunda é de que esta evolução dos duplo ativos com domicílio rural nos anos 80 ocorreu de forma equilibrada nos dois ramos, crescendo a uma taxa de 6,7% a.a onde a atividade principal era agrícola e 5,4% a.a onde a atividade principal era não agrícola.

**Gráfico 3**  
**Rio Grande do Sul. Atividade principal das pessoas com dupla atividade da PEA rural ocupada, 1981-1997.**



Fonte: Projeto Rurbano. Tabulações especiais das PNADs

Em relação a dupla atividade das pessoas com domicílio rural merece destaque a importância quantitativa no Estado do Rio Grande do Sul em face aos demais da região meridional brasileira. Somente no ano de 1997, haviam 516 mil pessoas no conjunto dos três Estados do Sul que possuíam algum tipo de dupla atividade, dos quais 263 mil encontravam-se no Rio Grande do Sul. Em relação ao total da PEA rural gaúcha, que em 1997 era de 1.163 milhão de pessoas, isto significa dizer que existem 22,6% de pessoas que combinam atividades agrícolas e não agrícolas ao longo do ano, o que é altamente relevante sob o ponto de vista do emprego e da ocupação.

14 Captar a natureza do trabalho secundário das pessoas economicamente ativas somente se tornou possível a partir de 1992, quando o IBGE reformulou suas metodologias. Antes desta data, os dados fornecidos apenas informavam acerca da existência ou não de uma atividade secundária sem identificar qual era esta atividade.

## 5. *Considerações Finais*

A partir das informações extraídas do recente estudo da OCDE sobre o emprego em áreas rurais, este trabalho buscou analisar algumas tendências das formas de ocupação do mundo rural nos países desenvolvidos. Verificou-se que a partir dos anos oitenta o comportamento da estrutura agrária das nações ligadas à OCDE registrou uma estagnação do emprego agrícola ao passo que o emprego rural não agrícola expandiu-se. Baseando-se em uma metodologia que opera com indicadores territoriais, o estudo daquela organização mostra que mesmo nas áreas chamadas “essencialmente rurais” as atividades não agrícolas são responsáveis pela maior parte das possibilidades de emprego no meio rural. Esta constatação reveste-se de singular importância e parece indicar uma via ainda pouco reconhecida para o desenvolvimento social e econômico do mundo rural. Entre outras coisas, estes dados também mostram que a usual associação entre o “rural” e o “agrícola” está se modificando não apenas no campo das idéias ou das noções teóricas, mas através de processos sociais e econômicos concretos. Outro aspecto destas mudanças, que deve ser realçado, refere-se ao próprio crescimento das atividades não agrícolas e da emergência das novas relações sociais de trabalho a elas ligada, como é o caso da pluriatividade.

As mudanças nas formas de ocupação e emprego também alcançam proporções significativas no conjunto dos países latinoamericanos. Mesmo que as informações disponíveis sejam precárias e restritas, pode-se afirmar que o espaço rural da região não comporta apenas atividades ligadas à agricultura e à produção animal, uma vez que os dados revelam que as ocupações em atividades não agrícolas crescem em vários países. Contudo, esta verificação não deve induzir à conclusão precipitada de que há um estancamento da produtividade da agricultura ou que esta atividade esteja perdendo sua importância no espaço rural. O que parece estar em curso, ao contrário, é um processo de aprofundamento do progresso técnico e de diversificação ocupacional da população rural, cujas razões ainda demandam estudos complementares, em nível regional e local, para serem melhor compreendidas. O que os dados apresentados permitem afirmar é que esta diversificação ocupacional que está ocorrendo parece ser um fenômeno “global”, no sentido que ocorre tanto em regiões de países desenvolvidos como naqueles que se encontram em estágio mais atrasado.

O artigo também buscou apresentar algumas aproximações interpretativas para as transformações do emprego e das formas de ocupação no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul. A partir da análise dos dados da PNADs, elaborados no escopo do Projeto Urbano, concluiu-se que a população economicamente ativa, ocupada em atividades agrícolas, apresenta uma trajetória de queda desde o início dos anos oitenta vindo, inclusive, a se acelerar na primeira metade dos anos noventa.

Em face da diminuição da população economicamente ativa ocupada em empregos agrícolas e do crescimento das atividades não agrícolas, ao longo dos quinze anos analisados, pode-se afirmar que as formas de ocupação da força de

trabalho residente no meio rural estão indicando alterações. No caso específico do Rio Grande do Sul, os dados analisados parecem ser suficientes para demonstrar que a emergência das atividades não agrícolas é um fenômeno economicamente relevante e que possui expressão social. Por esta razão, acredita-se ser necessário o prosseguimento das investigações com base em trabalhos de campo, focalizando espaços de menor recorte geográfico do que a agregação por países ou regiões aqui utilizados.

## Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, Anpocs/Unicamp/Hucitec, 1992.
- BAGNASCO, A. Le developpement diffus: le modèle Italien. In: SACHS, I. (dir) (1996) *Quelles Villes, Pour Quel Developpement?* Paris, PUF, 1996.
- BRYDEN, J.M.; BELL, C.; GILLIATT, J.; HAWKINS, E. AND MACKINNON, N. Adaptation des ménages agricoles en europe occidentale. Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivité des ménages agricoles. Luxembourg, Commission Européenne, 1992.
- COURLET, C. L'industrialization en milieu rural. *Economie Rurale*, n° 225, Jan/fev, pp.12-14, 1995.
- COURLET, C. Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados. *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, 14(1): 9- 26, 1993.
- DIRVEN, M. El empleo agrícola en América Latina y el Caribe: pasado reciente y perspectivas – Unidad de Desarrollo Agrícola - CEPAL, Santiago, 1997.
- EIZNER, N. Les paradoxes de l'agriculture française (com Introdução de Pierre Coulomb, "L'Exploitation Familiale en Question?"). Paris, L'Harmattan, 1985.
- FULLER, A.M. From Part Time Farming to Pluriativity: a decade of change in rural Europe. *GREAT BRITAIN, JOURNAL OF RURAL STUDIES*, v. 6, n° 4, p. 361-373, 1990.
- GAROFOLI, G. Industrialização difusa e pequena empresa: o modelo italiano dos anos 70 e 80. *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, 14(1): 49-75, 1993.
- GOODMANN, D; SORJ, B. e WILKINSON; J. Da lavoura às biotecnologias. agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, São Paulo, Editora Unicamp, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 35, 1997, Natal, R.N. Anais... Natal: SOBER, 1997a, Compact-Disc.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas, São Paulo: Unicamp. Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, pp. 43-81, 1997a.

- GRAZIANO DA SILVA, J., BALSADI, O.V. e DEL GROSSI, M.E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. São Paulo em Perspectiva, v. 11, nº 2, pp. 50-64, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M.E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997. São Paulo, 1999. 20 p. Trabalho apresentado na ANPEC.
- HERVIEU, B. L'agriculture en ruptures. Alternatives Economiques, Paris, n 82, pp. 28-30, 1990.
- HERVIEU, B. Les agriculteurs. Paris, PUF, 1996.
- Kageyama, A. O sub-emprego agrícola nos anos 90. Texto para Discussão. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, março, 1997.
- KLEIN, E. El Empleo rural no agrícola en América Latina. Santiago, PREALC/OIT, documento nº 364, 22 p., 1992.
- LOPES, M.R. "Os produtores conseguirão pagar as dívidas securitizadas"? Agroanalysis, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 17(4): 10-12, abril, 1996.
- MACKINNON, N. et alii. Pluriativity, structural change and farm household vulnerability in western europe. Sociologia Ruralis, Netherlands, XXXI(1): 58-72, 1991.
- MAZOYER, M., ROUDART, L. Histoire des agricultures du monde. Paris, Éditions Seuil, 1997.
- NAVARRO, Z. O Desenvolvimento agrário brasileiro em uma era de transformações. In: Vizontini, P.F. e Carrion, R. *Século XXI: barbárie ou solidariedade. Alternativas ao Neoliberalismo*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1998, p. 235-246.
- OCDE. Organisation de Coopération et de Développement Économiques. Indicateurs territoriaux de l'emploi: le point sur le développement rural. Paris, OCDE, 1996.
- OLIVEIRA, N., BARCELLOS, T., RABELO, M.M. e GIACOBBO, E. O processo de urbanização do Rio Grande do Sul: características recentes. In: A Economia gaúcha e os anos 80. Porto Alegre: FEE, 1990. p.131-164.
- RAUD, C. Indústria, Território e Meio Ambiente no Brasil: Perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis, Editora da UFSC, 1999.
- SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e Pluriatividade. Tese de Doutorado em Sociologia, IFCH/UFRGS, 1999a, 500 p.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1999b.
- SCHNEIDER, S. e NAVARRO, Z. Agricultura e Novas Formas de Ocupação no Meio Rural (um estudo das tendências recentes). In: Aguiar, D.R.D. e Pinho, J.B. (Editores) *O Agronegócio Brasileiro: desafios e perspectivas*. Brasília, SOBER, 1998, 1086 p., II volumes, pp. 617-635, 1998.
- Weller, J. El empleo Rural no Agropecuario en el istmo Centroamericano. Revista de la Cepal, 62:75-90 (ago), 1997.